

Charlatanismo no Discurso Médico: questões políticas e culturais na primeira metade do Oitocentos.

IAMARA DA SILVA VIANA*.

As disputas entre as diferentes artes de curar na Corte imperial do Brasil na primeira metade do século XIX eram complexas. Emulações de poder em torno da mesma consistiam em heterogeneidades, tendo de um lado médicos acadêmicos - brasileiros ou estrangeiros -, formados em universidades tradicionais. De outro, curandeiros, feiticeiros, parteiras e sangradores, muitos dos quais oriundos da escravidão e leigos que praticavam a chamada medicina popular. Embora os primeiros dispusessem do prestígio acadêmico, poder político e econômico, os segundo dispunham de prestígio entre grande parcela da população.

As escolas de medicina nasceram sob a proteção do Estado imperial. A relação estreita entre a medicina no século XIX e o Estado imperial fora estabelecida a partir de 1808 com a chegada da família Real quando D. João em caráter emergencial criou algumas instituições para adequar as cidades às novas exigências, dentre elas a Escola de Cirurgia da Bahia e a Escola de Cirurgia do Rio de Janeiro, transformadas em Academias Médicas-Cirúrgicas e posteriormente Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia (EDLER, 2002: 108). Suprir a falta de médicos e fazer com que esses “profissionais zelassem pela saúde da elite portuguesa e dos estrangeiros em missão comercial” eram objetivos de tais instituições (LOPES, 2008: 48-50). Desta forma, o ano de 1808 foi um marco para a história do Brasil, alterando a sociedade em diferentes aspectos, culturais, econômicos, não sendo diferente no tocante a medicina com apoio do Estado, utilizado em alguns discursos de poder daquela instituição médica.

Contudo, observar a formação sociocultural da medicina colonial nos permite refletir sobre tais disputas. A mesma teve por base a convivência e combinação das três tradições culturais distintas responsáveis pela construção da sociedade brasileira, quais sejam, a indígena, a africana e a europeia. Os profissionais que possuíam formação acadêmica tiveram pouca participação nesse processo (FERREIRA: 2003: 101). O cotidiano colonial em casos de

* Doutoranda em História Política pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ. Orientadora: Profa. Dra. Márcia de Almeida Gonçalves. Bolsista FAPERJ.

doenças tinha como personagens centrais, curandeiros, sangradores, boticários, feiticeiros, parteiras, grupo quase sempre formado por negros, seus descendentes e brancos pobres.

Devido a deficiência numérica, a medicina praticada nas primeiras décadas do século XIX no Império do Brasil – poucos eram os médicos formados em universidades –, modificara a rígida hierarquia social que na Europa conferiu à médicos, cirurgiões e boticários um local de distinção social. Um fato importante não pode ser desconsiderado, existia uma similaridade entre a medicina acadêmica e a popular, pois “expunha uma concepção da doença e apregoava um arsenal terapêutico fundados numa visão de mundo em que coexistiam o natural e o sobrenatural, a experiência e a crença” (FERREIRA, 2003: 102).

A cultura religiosa, também presente no discurso médico marcava a sociedade e influenciava nas práticas de cura eleitas, não apenas pelas classes desprestigiadas, mas também pelas mais abastadas. O grande número de mortos em hospitais, local onde os médicos do início do século XIX praticavam a medicina clínica, afastava ainda mais os possíveis pacientes, favorecendo em certa medida as práticas mágicas de cura bem como a atuação dos leigos em medicina, tão requeridos pela população da época. Nesse sentido, o saber médico postulado neste período era um entre muitos que requeriam para si legitimidade e poder. Sendo assim, o discurso de médicos graduados nos permite entender um pouco mais sobre as dessemelhantes práticas de cura. Como muitos dos que a exerciam sem um diploma não deixaram seus conhecimentos por escrito, as críticas que os acadêmicos perpetravam em diferentes meios de circulação do conhecimento médico, são fundamentais.

No Brasil uma das maneiras encontradas pelos acadêmicos para legitimar seu poder nas artes de curar era um confronto aberto com os seus opositores, segundo os quais chamavam charlatães. Escrever sobre estes, mesmo numa sociedade de maioria analfabeta, apresentava algumas vantagens, tendo em vista que a maioria dos sangradores, barbeiros, feiticeiros, parteiras, boticários dentre outros, não possuíam tal poder de mobilização. Utilizaremos como fonte de análise um texto escrito em 1837 pelo médico francês Jean-Baptiste Alban Imbert para a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, intitulado *Uma Palavra sobre o Charlatanismo e os Charlatães* e publicado pela Typografia de J. S. Saint-Amant e L. A. Burgain do Rio de Janeiro, situada à Rua da Alfândega número 131.

Ao conjecturar sobre a existência de uma ordem do discurso, de diferentes discursos e cada qual com a sua ordem estabelecida, Michel Foucault aponta o autor como um dos princípios de rarefação de um discurso. Autor não entendido “como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 2010: 26). Em outras palavras, alguns fatores impõem limitações ao discurso, sendo um deles aquele que o escreve. Seu princípio limita o acaso do discurso “pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu”, as ciências ou disciplinas também seriam outro fator de limitação. Organização oposta ao princípio do autor,

visto que uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servi-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor (FOUCAULT, 2010: 29-30).

Em outras palavras, para que um discurso médico seja aceito e validado por uma determinada sociedade, deverá seguir algumas regras impostas pela própria ciência ou disciplina. Isso porque não se podem dissociar os discursos da “prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos” (FOUCAULT, 2010: 39). Fatores significativos entre médicos. Entretanto, nos primeiros anos do século XIX no Rio de Janeiro, o discurso médico tentava impor-se como único e verdadeiro num embate acirrado com os que eles denominavam *charlatães*. Estes muitas vezes requeridos por uma parcela considerável da sociedade, até mesmo por ricos fazendeiros como no caso de mestre Tito em Campinas¹. O embate existia da mesma forma entre alopatas e homeopatas, ou seja, entre distintas formações médicos-acadêmica e entre estes e os charlatães.

Assim pensamos Jean-Baptiste Alban Imbert, médico francês formado em Montpellier, que chegou ao Império do Brasil em 1831 objetivando estudar as práticas

¹ Regina Xavier em artigo publicado em 2003 estuda a atuação do curandeiro mestre Tito em Campinas, citando o caso de um fazendeiro muito rico que não sendo curado por um dos dois médicos acadêmicos que moravam na cidade, fez chamá-lo e tratá-lo. Ver: Dos males e suas curas: práticas médicas na Campinas oitocentista. In: *Artes e Ofícios de Curar no Brasil: capítulos de história social*. Sidney Chalhoub et. al. (org.). Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

populares de cura. Teve seu diploma reconhecido e confirmado pela Academia de Medicina do Rio de Janeiro, em virtude da lei de 03 de outubro de 1832 que dava “nova organização às actuais Academias Medico-cirurgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia”. Foi aceito como membro titular da Academia Brasileira de Medicina em 15 de outubro de 1835, com o nome “abrasileirado” de João Baptista Albano Imbert, tendo sido membro honorário da Sociedade Real de Medicina de Marseille e membro efetivo das Sociedades Auxiliadoras da Indústria Nacional (SAIN), e literatura do Rio de Janeiro. A SAIN teve como inspiração a francesa “Société D’Encouragement à L’Industrie Nationale”², tendo sido fundada em 1825 dentro do processo de fortalecimento do Estado imperial. Seu objetivo central era “estimular o melhoramento da indústria brasileira, entendida no período como toda e qualquer atividade produtiva, fosse ela agrícola ou fabril” (MARQUESE, 2004: 267). Também foi Cirurgião Ajudante Major da Marinha Imperial Francesa.

Sua identidade e sua formação vão balizar seu discurso e a maneira pelo qual define a sociedade brasileira de então. Observar com atenção o autor se faz importante tendo em vista que seu discurso está pautado no indivíduo que é e se transforma no contato com uma nova sociedade. Nele podemos vislumbrar ideias, conhecimentos, conceitos, valores, mas também crítica e repreensão como a descrita em relação às práticas populares de cura e ao charlatanismo. Na verdade,

tem-se o hábito de ver na fecundidade de um autor, na multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina, como que recursos infinitos para a criação dos discursos. Pode ser, mas não deixam de ser princípios de coerção; e é provável que não se possa explicar o seu papel positivo e multiplicador, se não se levar em consideração sua função restritiva e coercitiva (FOUCAULT, 2006:36).

Nesse sentido, a forma utilizada por Imbert para descrever e justificar a prática popular de cura pejorativamente nos permite uma reflexão sobre as mesmas, pois que atendia em certa medida algumas imposições do próprio Estado e da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro. Seu discurso nos apresenta seu olhar, em certa medida compartilhado com médicos brasileiros, sobre os charlatões e suas práticas.

² Mais informações sobre a SAIN consultar MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do Corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens*. Artigo publicado nos Anais da XVIII Encontro de História Anpuh-Rio.

O Charlatão e o doente

A partir de uma análise filosófica de enaltecimento da razão dotada pela “Divindade, uma luz do espírito inerente a natureza” (IMBERT, 1837; 1), o doutor Jean-Baptiste Alban Imbert, tece suas críticas ao que denomina *charlatanismo*. Para o médico em questão, a atração exercida pelos charlatães advém, de “tudo quanto parece afastar-se das leis geralmente aceitas, e oferecer alguma apparencia de maravilhoso, tem o direito de subjugar por uma especie de encantamento e fascinação, que a razão ou não pode ou não quer definir, com o receio de desvanecer mui depressa uma illusão que agrada e seduz” (IMBERT, 1837: 1-2). Sob seu prisma, existiria uma disposição do moral humano a aceitar sem reflexão tudo o que promete em alguma medida de forma rápida e fácil boa saúde ou prazer. Por este meio o charlatanismo conquista “iludidos e vitimas”, “ora enfeitando-se o barrete da sciencia, ora cobrindo-se com a mascara da religião, da virtude, da sabedoria, do genio ou da magia” (IMBERT, 1837: 2).

Embora existissem diferentes formas de se convencer um doente a se curar utilizadas pelos não cientistas ou médicos acadêmicos, o que promove a reflexão de Imbert é o chamado “charlatanismo medical”, e por isso se dispõe a escrever sobre o mesmo a partir de distintas provas. Suas questões giram em torno de causas basilares que permitiam a prática e a permanência dos charlatães no domínio da medicina, quer seja oculta ou ostensivamente, sendo assim classificados como intrusos na medicina. Nesse contexto,

o homem, quando atacado de huma enfermidade qualquer, bem como uma cêra maleavel, presta-se a todas as impressões que a porfia buscão communicar-lhe. Semelhante, de ora avante, a uma criança docil, obediente e submissa, assim como este ente débil, cuja razão não se desenvolveo ainda, chega aos labios a borda da taça que contém uma beberagem salutar ou mortifera, pouco cuidadoso em indagar primeiro se é ella doce ou amargosa; submissão, ou, antes, credulidade, que o põe á disposição de qualquer individuo sem titulos conhecidos, nem talentos, que fizer resoar a seus ouvidos, ou penetrar em seu peito, a lisongeira esperança de recuperar em breve a saude (IMBERT, 1837: 2-3).

Supostamente em seu discurso a condição física do enfermo é um dos motivos a suscitar consentimento para atuação do charlatão sem, contudo mencionar as deficiências da própria medicina no século XIX e da formação cultural que se remete ao período colonial

como já mencionado, corroborando para uma preferência popular em relação às práticas de cura dos não acadêmicos. A facilidade de um enfermo acreditar, como uma criança obediente e submissa seria inerente aos espíritos mais simples, aos indivíduos que “vivem na ignorância absoluta dos manejos que a sciencia dos charlatães inventou, para disfarçar a falsidade de suas acções com o verniz da verdade” (IMBERT, 1837: 4).

Outro fator responsável pela credulidade do doente, o temor da morte, se apodera do espírito dos indivíduos fracos e não mais apenas dos ignorantes. O sofrimento intenso os leva a acreditar sem hesitar no que for apresentado com promessa de cura, ainda que fosse ilusão. Com isso, tenta o médico francês diminuir a culpa do enfermo que busca na medicina popular a cura para seus males, acentuando o dolo dos que praticavam a arte da cura popular, afinal utilizavam o medo da morte e a ignorância para convencer facilmente o enfermo a confiar prontamente em seus cuidados. Imbert afirma recorrentemente o valor da ciência médica, pois segundo ele

a autoridade da medicina é muito imperiosa, ninguém o contesta, e esta autoridade chega às vezes ao mais violento despotismo. Diante della está a submissão curvada, pálida e tremula, que apenas possui um clarão de esperança, ultima consolação que ainda anima o moribundo inclinado para as bordas do tumulto” (IMBERT, 1837: 3).

O moribundo nesse sentido deveria recorrer a tal autoridade, pois que imperiosa. Quanto à morte, a causa principal do medo de busca pela cura, Imbert reflete:

(...) lei rigorosa, a unica que não se pôde illudir, pois que nos fere tanto no seio da desgraça como no da prosperidade. Sim senhores, menos espanto nos inspiraria a morte, se quizessemos lembrar-nos de que Deos submetteu toda a raça humana, reis e súbditos, ao terrivel nivel de sua justiça, a qual prescreveu que tudo voltaria ao nada, donde sahimos, excepto, todavia, essa porção immortal de nós mesmos, a alma, o sopro ethereo, que torna a chamar a si, por ser uma emanção de sua divindade, e que nos concede para servir-nos de guia, e dirigir-nos sabiamente na vereda escabrosa do dever e da virtude, para que fomos creados (IMBERT, 1837: 5).

Morrer é condição inerente a todos os seres humanos, mas intensamente contestada, principalmente se em idade não senil. O medo da morte acentuava-se em períodos de epidemias ou a partir da aquisição de doenças conhecidas socialmente pelo alto número de

mortandades que causavam. Acerca da mesma, Imbert, faz uso de um discurso religioso, o mesmo que antes utilizara para tecer críticas à atuação dos charlatães.

O charlatanismo deveria ser combatido, mas a dificuldade em materializar tal ação leva o médico a considerar a relação estabelecida entre a sua prática e os que a procuravam ou aceitavam suas prescrições. A vítima parece ser isenta de culpa devido às características próprias ao ser humano acometido de alguma enfermidade. Acreditar que uma dada promessa possa se efetivar e sanar a moléstia, afastando a morte que parecia certa, é uma esperança que não se pode depreciar. Principalmente se consideramos o fato de que a medicina acadêmica gerava muitos óbitos conhecidos pela população de uma forma geral. “Seja como for, é especulando dextramente sobre o aguilhão da dôr, sobre a credulidade dos doentes e o receio que tem da morte, que o charlatanismo e os charlatões grangeão esta grande aura popular, que os põe acima dos entes ordinarios. É isto, sem duvida, o cumulo da loucura (...)” (IMBERT, 1837: 7). A credulidade assim evidencia a que ponto de fraqueza pode chegar a razão quando dominada pelo temor da morte.

Utilizando o exemplo de Luís XI, rei francês entre os anos 1461 e 1483, o médico aponta outro fator relevante, a superstição. Esta e a credulidade foram os motivos pelos quais, na opinião de Imbert, o monarca tentava se prevenir da morte, sendo o motor que o impulsionara a determinadas decisões, ou seja, levar “consigo uma relíquia: um pedaço da verdadeira cruz, tentativa de conseguir perdão para a sua política maquiavélica” (IMBERT, 1837: 8). Em sua doença fora atendido por Jacques Coytier, um astrólogo que lhe receitava diferentes remédios. Não por acaso o médico menciona este exemplo, a partir dele evidencia as diferentes formas, em tempos históricos distintos onde charlatães atuavam na prática médica de cura. O modelo praticado no tempo em que redige o documento que aqui analisamos, seria

o charlatanismo, no tempo actual, tem por principio cobrir-se com uma mascara que sempre harmonise com a marcha e o tom da sociedade sobre a qual exercita seu imperio; todavia, tem o maior cuidado em varias suas formas e linguagem segundo a classe que quer submeter á sua acção, pois muito differe o charlatanismo dos palacios do das choupanas (IMBERT, 1837: 9-10).

A proposta do médico é seguir o charlatanismo nas “diferentes revoluções seculares” acompanhando-o até o seu tempo, ou seja, “até este seculo XIX, que se diz de luzes e rasão, mas no qual o observador imparcial descobre certos symptomas de loucura e demência, de

que lhe cumpre curar-se para merecer o nome de seculo de sabedoria, com que alguns querem brinda-lo” (IMBERT, 1837: 10). Demonstra que na Idade Média havia significativa influência dos astros sobre as doenças, onde astrólogos de profissão tratavam as diferentes moléstias segundo os princípios da astrologia, caso de Luís XI. Todavia, aponta que ainda em seu tempo, algumas “velhas” tinham o costume de mostrar a parte posterior de um recém-nascido a lua a meia-noite para preservá-lo de algumas enfermidades (IMBERT, 1837: 10-11). Na França e no Império do Brasil, tais práticas supersticiosas em certa medida eram comuns, ainda na primeira metade do século XIX.

A religião é utilizada em seu discurso, principalmente para demonstrar a imortalidade humana e a sua incapacidade de transpô-la. Muito provavelmente por isso o uso recorrente de amuletos e prescrições de diferentes charlatães. Mas, segundo Imbert

Os povos deixarão igualmente de ter fé no poder dos amuletos, dos feiticeiros, da magia, pois os entes immateriaes e fantasticos que se designavão com o nome de genios e demonios, agora não causão temor: desapparecêrão com o exorcismo e a fogueira, cuja chamma já a ninguem persuade (IMBERT, 1837: 13).

Não devemos, pois deixar de mencionar que a atitude de crer em determinadas práticas de cura estão associadas a diferentes construções e reconstruções sociais. No caso do Império do Brasil observa-se a convivência nem sempre pacífica, da africana, europeia e indígena, como já mencionado. Para muitos povos africanos a doença estava associada às práticas mágicas, ao pagamento de um pecado, bem como para portugueses católicos que culpavam o corpo pelos males sofridos acreditando, entretanto, que poderiam purificar e salvar a alma.

Considerações Finais

Nesta reflexão acerca do discurso médico de Jean-Baptiste Alban Imbert na primeira metade do século XIX sobre os Charlatães, percebemos uma tentativa complexa em desqualificar as práticas populares de cura, sendo o doente e sua condição peculiar o objeto central de preocupação e análise. A credulidade muito mais presente entre os ignorantes, e o medo da morte corroboravam para que a atuação de charlatães fosse concreta naquela sociedade de acordo com suas proposições.

Fazer um enfermo sobreviver a muitas enfermidades era um grande desafio para os que dominavam a arte de curar, acadêmicos ou não. O número de mortes era considerável, muito mais contundente entre escravizados devido ao trabalho por eles exercido, a precariedade de vestimentas, alimentação inadequada e uso de bebidas alcoólicas. Evidenciamos que o medo de fenecer fora construído com base em questões sociais e culturais complexas, tendo em vista a própria formação da sociedade brasileira desde tempos coloniais.

Analisar a atuação dos charlatães em diferentes tempos históricos nos permite perceber que muitas práticas continuaram a existir, principalmente as relativas às relíquias religiosas e superstições, considerando evidentemente os afastamentos devidos. As mudanças ocorreram, não podemos negar, mas a atuação de feiticeiros e curandeiros ainda na primeira metade do século XIX no Rio de Janeiro só era possível devido a construção sociocultural daquela sociedade. Segundo as proposições de Imbert eram quatro os principais fatores a favorecer a atuação de charlatães: a credulidade, a ignorância, o medo da morte e a superstição. Assim a importância de um discurso claro, objetivo e principalmente didático sobre o charlatanismo e dos “perigos” que o mesmo impunha aquela sociedade era essencial, pois que registraram por meio de críticas a atuação dos chamados charlatães da arte de curar.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A Dimensão retórica da historiografia. In: *O Historiador e suas Fontes*. Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca (orgs.). 1ª. Ed., 2ª. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

EDLER, Flávio Coelho. *A medicina acadêmica imperial e as ciências naturais*. In: *Ciência, Civilização e Império no Trópicos*. Alda Heizer e Antonio Augusto Passos Videira (orgs.). Acess, 2002.

FERREIRA, Luiz Otávio. *Ciência Médica e Medicina Popular nas Páginas dos Periódicos Científicos (1830-1840)*. In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.) *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20ª. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2010.

IMBERT. J.B.A. *Uma palavra sobre o charlatanismo e os charlatães*. Rio de Janeiro: Typ. de J.S. Saint-Amant e L. Burgain. 1837. Disponível em: <http://collections.nlm.nih.gov/muradora/>. Acesso em: 30 abr 2013.

LOPES, Fábio Henrique. *Suicídio e Saber Médico: estratégias históricas de domínio, controle e intervenção no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do Corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PIMENTA, Tânia Salgado. *Terapeutas populares e Instituições Médicas na primeira metade do século XIX*. In: Sidney Chalhoub et al. (org.). *Artes e Ofícios de Curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, IFCH, 2001.

_____. *Juca Rosa: um pai-de-santo na Corte imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

XAVIER, Regina. *Dos males e suas curas: práticas médicas na Campinas oitocentista*. In: *Artes e Ofícios de Curar no Brasil: capítulos de história social*. Sidney Chalhoub et. al. (org.). Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.